

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2022.
CONTRATO Nº 056/2022**

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE FAZEM ENTRE SI, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE JURUPIRANGA-PB DO OUTRO LADO A EMPRESA MEGA GIL. CONFORME PROCESSO LICITATORIO Nº 035/2022 PREGÃO Nº 011/2022.

O **MUNICÍPIO DE JURUPIRANGA**, pessoa jurídica do Direito Público interno, inscrita no CNPJ: 08.865.933/0001-53, situada na Avenida Brasil, nº 380, Centro, Juripiranga-PB, representada neste ato pelo Gestor do Município, o Sr. **Antonio Maroja Guedes Filho**, brasileiro, Comerciante, casado, portador da Cédula de Identidade nº 464.761 2º Via-SSP/PB, CPF Nº 236.848.954-15, com endereço na Av. Brasil, nº 300, Centro, Juripiranga-PB, CEP: 58.330-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e da outra a empresa **DAMIANA NUNES DE SOUSA EIRELI**, com seu nome fantasia (**MEGA GIL**), com sede na Rua Pedro Firmino, nº 228, Centro, Belo Jardim-PE, CEP: 55.150-310, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **28.388.485/0001-51**, neste ato representada pela Sra. **Damiana Nunes De Sousa**, Brasileira, Solteira, Empresária, inscrita no CPF/MF sob o n.º 092.588.324-77, RG n.º 7391925, SDS-PE, residente e domiciliado na Rua Pedro Firmino, nº 228, Centro, Belo Jardim-PE, CEP: 55.150-310, doravante denominado **CONTRATADO**, estabelecem o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, e bilateralmente aceitam, ratificam e outorgam, mediante as condições e cláusulas a seguir dispostas pelas partes, a que estão obrigadas a cumprir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a futura e eventual aquisição parcelada de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, ferragens e ferramentas os mesmos destinados à manutenção dos diversos prédios públicos deste Município, especificações e quantidades constantes Anexo I – Termo de Referência deste Edital, através de Registro de Preços, conforme detalhamento apresentado na Cláusula Segunda e especificações constantes do Edital do Processo Licitatório nº 035/2022, Pregão Eletrônico nº 011/2022, e da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

Pelo objeto do presente instrumento o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de **R\$ 243.914,35 (Duzentos e quarenta e três mil novecentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos)**, conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada na tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Modelo	Quantidade atualizada	Vi. Unit.	Vi. T. Est.
2	1	BOB TELHA ONDULADA GALVALUME 0,43	Metros	GERDAU		30	R\$ 59,80	R\$ 1.794,00
43	1	VARÃO DE CONSTRUÇÃO 5/8 MM	Unidades	GERDAU		15	R\$ 214,00	R\$ 3.210,00
45	1	BARRA REDONDA 5/16	Unidades	GERDAU		15	R\$ 41,00	R\$ 615,00
49	1	METALON 30X20 NA 18	Unidades	GERDAU		15	R\$ 96,00	R\$ 1.440,00
51	1	METALON 30X30 NA 18	Unidades	GERDAU		15	R\$ 109,00	R\$ 1.635,00
52	1	METALON 2X20 NA 18	Unidades	GERDAU		15	R\$	R\$

DAMIANA NUNES DE SOUSA

Assinado de forma digital por
DAMIANA NUNES DE SOUSA
EIRELI:28388485000151
Data: 2022.07.29 10:54:03 -03'00'



							78,00	1.170,00
54	1	MALHA POP 15X15 FERRO 4,2	Metros	GERDAU		60	R\$ 84,95	R\$ 5.097,00
57	1	TELHA TRAPEZOIDAL EM ALUMINIO, ALTURA DE *38* MM E ESPESSURA DE 0,5 MM (LARGURA TOTAL DE 1056 MM E COMPRIMENTO DE 5000 MM)	MIL	GERDAU		3	R\$ 251,00	R\$ 753,00
58	1	TELHA TRAPEZOIDAL EM ALUMINIO, ALTURA DE *38* MM E ESPESSURA DE 0,7 MM (LARGURA TOTAL DE 1056 MM E COMPRIMENTO DE 5000 MM)	MIL	GERDAU		3	R\$ 364,59	R\$ 1.093,77
59	1	Caibro Serrado 0,3 X 0,5 mm	Metros	TREVO		300	R\$ 7,00	R\$ 2.100,00
61	1	Folha de Compensado Plastificado 14mm 220 X 1.100mm p/ Concreto Aparente	Unidades	TREVO		9	R\$ 250,00	R\$ 2.250,00
63	1	Folha de Madeirit tipo Naval 10 mm	Unidades	TREVO		15	R\$ 188,85	R\$ 2.832,75
64	1	Folha de Madeirit Resinado de 15 mm	Unidades	TREVO		30	R\$ 168,74	R\$ 5.062,20
65	1	Folha de Madeirit tipo Naval 15 mm	Unidades	TREVO		30	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
74	1	Peça de madeira serrada (linha) 3X2	Metros	TREVO		72	R\$ 12,49	R\$ 899,28
75	1	Peça de madeira serrada (linha) 3X3	Metros	TREVO		72	R\$ 16,50	R\$ 1.188,00
76	1	Peça de madeira serrada (linha) 3X4	Metros	TREVO		72	R\$ 20,00	R\$ 1.440,00
77	1	Peça de madeira serrada (linha) 3X5	Metros	TREVO		36	R\$ 28,00	R\$ 1.008,00
78	1	Peça de madeira serrada (linha) 3X6	Metros	TREVO		54	R\$ 30,00	R\$ 1.620,00
79	1	Peça de madeira serrada (linha) 3X8	Metros	TREVO		18	R\$ 40,00	R\$ 720,00
84	1	Ripa Serrada	Metros	TREVO		1500	R\$ 3,00	R\$ 4.500,00
86	1	Tábua de Madeira p/ Andaime. Largura 30cm (Tora) por 6m	Metros	TREVO		36	R\$ 35,00	R\$ 1.260,00
89	1	Tábuas mistas de construção de 10 cm	Metros	TREVO		60	R\$ 18,00	R\$ 1.080,00
90	1	Tábuas mistas de construção de 15 cm	Metros	TREVO		60	R\$ 27,00	R\$ 1.620,00
91	1	Tábuas mistas de construção de 20 cm	Metros	TREVO		120	R\$ 27,50	R\$ 3.300,00
92	1	Tábuas mistas de construção de 25 cm	Metros	TREVO		150	R\$ 37,00	R\$ 5.550,00
93	1	Tábuas mistas de construção de 30 cm	Metros	TREVO		300	R\$	R\$

DAMIANA NUNES DE SOUSA

Assinado de forma digital por DAMIANA NUNES DE SOUSA

CPF: 283984830-0

00151

2022.07.29

00151



							43,75	13.125,00
94	1	Tábuas de Pinos de 10 cm	Unidades	TREVO		15	R\$ 19,66	R\$ 294,90
95	1	Tábuas de Pinos de 15 cm	Unidades	TREVO		15	R\$ 28,00	R\$ 420,00
97	1	Tábuas de Pinos de 25 cm	Unidades	TREVO		60	R\$ 49,00	R\$ 2.940,00
98	1	Tábuas de Pinos de 27 cm	Unidades	TREVO		90	R\$ 51,00	R\$ 4.590,00
105	1	Poste 150/10 M Concreto Duplo T	Unidades	PINCOL		6	R\$ 943,00	R\$ 5.658,00
106	1	Tubo 30 Concreto 0,30 x 1 m	Unidades	TIMBI		150	R\$ 44,00	R\$ 6.600,00
107	1	Tubo 40 Concreto 0,40 x 1 m	Unidades	TIMBI		15	R\$ 53,53	R\$ 802,95
108	1	Tubo 60 Concreto 0,60 x 1 m	Unidades	TIMBI		30	R\$ 137,00	R\$ 4.110,00
110	1	Tubo 1 m Concreto armado 100 x 100	Unidades	TIMBI		50	R\$ 350,00	R\$ 17.500,00
114	1	Lajota de Concreto	Unidades	TIMBI		300	R\$ 21,00	R\$ 6.300,00
115	1	Bloco Estrutural Concreto14	Unidades	TIMBI		150	R\$ 3,00	R\$ 450,00
117	1	Estaca ponta virada de Concreto	Unidades	TIMBI		60	R\$ 50,00	R\$ 3.000,00
119	1	Meio fio de Concreto (30x100x10x12)	Metros	TIMBI		150	R\$ 20,00	R\$ 3.000,00
121	1	Poste de Concreto Circular 200/12 M	Unidades	PINCOL		3	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00
122	1	Poste 150/7 M de Concreto Duplo T	Unidades	PINCOL		6	R\$ 815,00	R\$ 4.890,00
123	1	Arruela Quadrada 0,38mmx0,38mmx5/8°	Unidades	ROMAGNOLE		300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
143	1	Bomba submersa monofásica 0,50 cv	Unidades	VONDER		1	R\$ 1.126,00	R\$ 1.126,00
144	1	Bomba submersa monofásica 0,75 cv	Unidades	VONDER		1	R\$ 1.026,00	R\$ 1.026,00
145	1	Bomba d'água submersa monofásica 1cv	Unidades	VONDER		1	R\$ 1.021,00	R\$ 1.021,00
146	1	Bomba d'água submersa monofásica 2cv	Unidades	VONDER		1	R\$ 1.575,00	R\$ 1.575,00
147	1	Bomba d'água subme mono 3cv	Unidades	VONDER		1	R\$ 1.599,00	R\$ 1.599,00
149	1	Bomba d'água subme trifásica 0,75cv	Unidades	VONDER		1	R\$ 1.264,00	R\$ 1.264,00
151	1	Bomba d'água submersa trifásica 2cv	Unidades	VONDER		1	R\$	R\$

DAMIANA NUNES DE SOUSA Assinado de forma digital por DAMIANA NUNES DE SOUSA

EIRELI:28388485000131
0151
03/01



							1.500,00	1.500,00
152	1	Bomba d'água submersa trifásica 3 cv	Unidades	VONDER		1	R\$ 2.389,00	R\$ 2.389,00
154	1	Bobina 220v para contactor 3TF 40	Unidades	LUKMA		4	R\$ 43,75	R\$ 175,00
155	1	Bobina 220v para contactor 3TF 43	Unidades	LUKMA		4	R\$ 53,00	R\$ 212,00
383	1	Alavanca Metálica Sextavada 150cm	Unidades	SÃO ROMÃO		1	R\$ 150,00	R\$ 150,00
388	1	Areia Fina para Reboco	Metros cúbicos	VITÓRIA		200	R\$ 88,00	R\$ 17.600,00
415	1	Brita nº 19	Metros cúbicos	VITORIA		30	R\$ 142,00	R\$ 4.260,00
427	1	Broca Vídea p/ concreto 10mm	Unidades	MTX		6	R\$ 13,00	R\$ 78,00
445	1	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	Unidades	HIDRACOR		150	R\$ 0,29	R\$ 43,50
469	1	Cimento CP III – 40 – RS (Saco 50kg)	Unidades	NACIONAL		500	R\$ 36,00	R\$ 18.000,00
492	1	Desempenadeira pvc 16x28	Unidades	MOMFORT		4	R\$ 13,00	R\$ 52,00
494	1	Disco de Corte para madeira 255x30mm c/ 24 dentes	Unidades	DIMAX		9	R\$ 27,00	R\$ 243,00
504	1	Estribo 07x17 verg 4.2mm	Unidades	GERDAU		150	R\$ 1,00	R\$ 150,00
505	1	Estribo 07x17 verg 5.0mm	Unidades	GERDAU		150	R\$ 1,00	R\$ 150,00
506	1	Estribo 17x17 verg 4.2mm	Unidades	GERDAU		150	R\$ 1,00	R\$ 150,00
507	1	Estribo 17x17 verg 5.0mm	Unidades	GERDAU		150	R\$ 1,00	R\$ 150,00
508	1	Estribo 17x27 verg 4.2mm	Unidades	GERDAU		150	R\$ 1,00	R\$ 150,00
509	1	Estribo 17x27 verg 5.0mm	Unidades	GERDAU		150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
524	1	IMPERMEABILIZANTE D-3 P/ PAREDE 18 kg - Cor Branco	Unidades	TECRYL		6	R\$ 268,00	R\$ 1.608,00
558	1	Luva Isolante de Borracha Novax Classe 01 NBR 10622/ASTM D120	Pares	ORION		1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
561	1	Luva pvc LR soldável de 25mm	Unidades	FORTLEV		12	R\$ 2,00	R\$ 24,00
562	1	Luva pvc LR soldável de 32mm	Unidades	FORTLEV		3	R\$ 4,00	R\$ 12,00
596	1	Parafuso sextavado zincado 5/16x1.1/2" c/ porca	Unidades	FERGEL		60	R\$ 1,00	R\$ 60,00
597	1	Parafusos de aço nº 14x80 c/ rosca	Unidades	FERGEL		21	R\$	R\$

DAMIANA NUNES DE SOUSA Assinado de forma digital por DAMIANA NUNES DE SOUSA



							7,00	147,00
610	1	Pó de Brita	Metros cúbicos	VITORIA		120	R\$ 66,00	R\$ 7.920,00
623	1	Redução pvc Esgoto de 100 x 40	Unidades	FORTLEV		3	R\$ 15,00	R\$ 45,00
650	1	TELHA DE BARRO / CERAMICA, NAO ESMALTADA, TIPO COLONIAL, CANAL, PLAN, PAULISTA, COMPRIMENTO DE 44 A 50 CM, RENDIMENTO DE COBERTURA DE *26* TELHAS/M2	Mil	VITORIA		15	R\$ 766,00	R\$ 11.490,00
652	1	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 4 MM, DE 2,13 X 0,50 M (SEM AMIANTO)	UNI	BRASILIT		180	R\$ 29,00	R\$ 5.220,00
699	1	Vergalhão CA 50 12mm com 12m	Unidades	GERDAU		9	R\$ 104,00	R\$ 936,00
700	1	Vergalhão CA 60 6,3mm (1/4) com 12m	Unidades	GERDAU		15	R\$ 38,00	R\$ 570,00
702	1	Ceramica branca 40x40 tipo A	Metros	ELIZABETH		150	R\$ 36,00	R\$ 5.400,00
703	1	Ceramica branca 50x50 tipo A	Metros	ELIZABETH		300	R\$ 32,00	R\$ 9.600,00
704	1	Ceramica branca 60x60 tipo A	Metros	ELIZABETH		300	R\$ 31,00	R\$ 9.300,00
Valor Total do Contrato:		R\$ 243.914,35 (Duzentos e quarenta e três mil novecentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos).						

Valor Total do Contrato:

Parágrafo único. No valor contratual estão inclusas todas as despesas com tributos, fretes, seguros, entre outras, que incidam sobre o objeto ora contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em decorrência do objeto deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.030 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

- ✓ 04.122.0003.2004- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO.
- ✓ 339030 99 – MATERIAL DE CONSUMO:

02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

- ✓ 26.782.0033.2116 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO:

02.050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- ✓ 12.361.0012.2010- DESENV. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA
- ✓ 339030 99 – MATERIAL DE CONSUMO:

DAMIANA NUNES DE SOUSA
EIRELI:28388485000151
5000151

Assinado de forma digital por DAMIANA NUNES DE SOUSA
EIRELI:28388485000151
Dados: 2022.07.29 10:38:22 -03'00'



02.050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- ✓ 12.361.0012.2011- DESENV. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – FUNDEB 30%
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO;

02.050 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- ✓ 12 365 0011 2126- DESENV. DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL- FUNDEB-VAAT 30%
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO

02.080 SEC. DA INFRA-ESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

- ✓ 15.452.0008.2022 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DA INFRA-ESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA;
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO;

02.110 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- ✓ 08.244.0027.2051- MANUTENÇÃO DO ÍNDICE DE GESTÃO DESC. DO SISTEMA ÚNICO DE ASSIST. SOCIAL – IGD/SUAS.
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO;

02.110 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- ✓ 08.244.0046.2056 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO;

02.100 SECRETARIA MUNIC DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO

- ✓ 13 392 0021 2042 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO.
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO.

Saúde

02.090 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- ✓ 10.129.0024.2027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAMU
- ✓ 339030 99 – MATERIAL DE CONSUMO;
- ✓ 10.301.0006.2028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO;
- ✓ 02.09.10.301.0023.2030 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PSF;
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO;
- ✓ 02.09.10.301.0023.2033 – MANUT. DAS ATIV. DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO;
- ✓ 10.301.0023 2107 – MANUT. DAS ATIV DE OUTRAS TRANS DO FNS
- ✓ 339030 99 - MATERIAL DE CONSUMO;

DAMIANA NUNES DE SOUSA
Assinado de forma digital por DAMIANA NUNES DE SOUSA
EIRELI:28388485000151
Dados: 2022.07.29 10:38:46 -0300'

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

I - O objeto deverá ser entregue de acordo com a proposta e com as especificações descritas na Cláusula Segunda deste Contrato.

II - O prazo para entrega do objeto licitado é de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho e da respectiva Ordem de Fornecimento.

III - **Local de entrega** – Prefeitura Municipal de Juripiranga-PB, Avenida Brasil, nº 380, Centro, CEP: 58.330-000, em dias úteis, no horário das 07h30min às 12h00min.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Executar o objeto contratual conforme especificações e exigências constantes de sua proposta e do Termo de Referência (Anexo I);

II - Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;

III - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste contrato, sujeitando-se às sanções nele estabelecidas e nas Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002;

IV - Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução contratual;

V - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

VI - Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

VII - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA;

VIII - Arcar com os seguros que decorram direta ou indiretamente do contrato, bem como relativos a quaisquer acidentes e/ou danos causados ao CONTRATANTE e a terceiros;

IX - Substituir o produto caso não atenda a especificação no prazo máximo de 03 (três) dias a partir do chamado da responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual do CONTRATANTE.

X - Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato;

XI - Manter, durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação;

XII - Manter os preços pactuados;

XIII - Emitir fatura no valor pactuado e condições do contrato, apresentando-a à Contratante para ateste e pagamento.

XIV – Não subcontratar total ou parcialmente o objeto da presente licitação;

DAMIANA
NUNES DE
SOUSA
EIRELI:283884
85000157

Assinado de forma digital por DAMIANA NUNES DE SOUSA EIRELI:283884850001 51
Dados: 2022.07.29 18:38:57 -03'00'

XV – Indicar Preposto.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I - Publicar o extrato deste contrato no seu Diário Eletrônico;
- II - Receber o objeto deste contrato, verificando se a qualidade e os quantitativos do objeto executado pela CONTRATADA estão em conformidade com as especificações exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2022, emitindo atesto de recebimento na nota fiscal eletrônica;
- III - Acompanhar e fiscalizar a boa execução do contrato e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratual e legalmente previstas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;
- IV - Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- V - Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA;
- VI - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- VII - Efetuar os pagamentos no prazo e nas condições indicados neste contrato, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizá-los;
- VIII - Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato terá validade a partir da data de sua assinatura até do dia 31/12/2022, respeitando a vigência dos créditos orçamentários nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE indicará servidor para acompanhar a execução do contrato, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos fornecidos.

§ 1º O objeto será recebido provisoriamente por servidor designado pelo CONTRATANTE para verificação da conformidade do bem com as especificações exigidas no Edital no prazo de 05 (cinco) dias da entrega e definitivamente, por servidor designado pelo Município de Juripiranga-PB, após a comprovação de que a entrega foi executada de acordo com o edital e anexos, em até 10 (dez) dias do recebimento provisório.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos fornecidos, nem ético-profissional da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Caso o objeto não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no contrato, será o mesmo rejeitado, caso em que terá a CONTRATADA o prazo de 03 (três) dias, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo CONTRATANTE, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, substituir o objeto. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

DAMIANA NUNES
DE SOUSA

Assinado de forma digital
por DAMIANA NUNES DE
SOUSA

EIREL:2036848507
0151

2022.07.29 10:39:15
0200

§ 4º O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 5º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O representante do CONTRATANTE, sob pena de responsabilização administrativa, registrará em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

§6º A gestão e a fiscalização do contrato, caso seja formalizado, será de responsabilidade do servidor designado pelo Secretário de Infraestrutura, Agricultura.

§ 7º Caberá ao fiscal do Contrato:

I - Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento dos materiais;

II - Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;

III - Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

IV - Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;

V - Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

VI - Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência e neste Contrato, assim como observar, para o correto recebimento;

VII - Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;

VIII - Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;

IX - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 8º Caberá ao gestor do Contrato:

I - Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;

II - Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;

DAMIANA
NUNES DE
SOUSA
EIRELI:28388485

Assinado de forma
digital por DAMIANA
NUNES DE SOUSA
EIRELI:28388485000151
Dados: 2022.07.29
10:36:35 -03'00'



- III - Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- IV - Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal do contrato;
- V - Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do contrato;
- VI - Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- VI - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- VII - Orientar o fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, condicionados, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:

- I - Nota fiscal eletrônica original da CONTRATADA devidamente atestada por servidor designado pela Secretaria do CONTRATANTE;
- II - Certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, INSS, FGTS e CNDT;
- III – Atesto do setor competente.

§1º Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

§2º Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

§3º Constatando-se, a situação de irregularidade fiscal e/ou trabalhista da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

§4º Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e/ou trabalhista quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§5º Persistindo a irregularidade fiscal e/ou trabalhista, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

§6º Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

DAMIANA NUNES DE SOUSA
EIRELI:2838848500151
00151

Assinado de forma digital por DAMIANA NUNES DE SOUSA
EIRELI:2838848500151
Data: 2022.07.29 10:39:55 -03'00'

I - Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

§7º Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

§8º Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

§9º O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

§10º As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e o pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da CONTRATADA, devidamente identificada pelo número de inscrição no CNPJ constante deste contrato.

§11 Estando autorizada pelos Órgãos de Fazenda Estaduais ou Municipais a emitir notas fiscais eletrônicas em suas respectivas áreas de atuação, a CONTRATADA deverá enviar em formato PDF, os documentos hábeis de comprovação das despesas (notas fiscais), recibos, certidões de regularidade, mapas de medição, conforme o caso.

§12 Os pagamentos serão feitos por meio de transferências bancárias emitidas pelo Setor Financeiro do Município de Juripiranga-PB, exclusivamente para crédito direto em qualquer tipo de conta bancária informada pela CONTRATADA.

§13 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, devidamente apuradas em processo administrativo.

§14 O pagamento de qualquer fatura poderá ser sustado, no todo ou em parte, caso haja débito para com o CONTRATANTE e caso a execução dos serviços tenha sido realizada em desacordo com as condições contratadas.

§15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E REAJUSTE

Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d", e § 5º da Lei Federal nº 8.666/1993.

DAMIANA
NUNES DE
SOUSA

Assinado de forma
digital por DAMIANA
NUNES DE SOUSA
EIRELI:2838848500015



§ 1º Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

§ 2º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

§3º Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

I - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

II - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

III - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

IV - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

V - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

VI - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

VII - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

DAMIANA
NUNES DE
SOUSA
EIRELI:28388
EIRELI:28388

Assinado de forma
digital por DAMIANA
NUNES DE SOUSA
EIRELI:283884850001
51
Dados: 2022.07.29

O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo sujeitará a CONTRATADA à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002.

§ 1º As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

I - Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais constitua falta leve, assim entendida aquela que não acarreta prejuízo significativo para o objeto contratual;

II - Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) Pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;

b) Pela recusa em executar o objeto contratual, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;

c) Pela demora em refazer a execução do objeto contratual rejeitada ou corrigir falhas na execução do objeto contratual, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;

d) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto contratual, entendendo-se como recusa a não execução do objeto contratual nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste termo contratual ou nas Leis Federais nos 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.

III - Impedimento de licitar e contratar com o Município de Juripiranga-PB pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 2º A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

I - Atraso injustificado na execução do contrato;

II - Inexecução total ou parcial do contrato.


§ 3º O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.

§ 4º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

§ 5º O valor correspondente à multa será descontado dos pagamentos subsequentes devidos pelo CONTRATANTE em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.

§ 6º Objetivando evitar dano ao Erário, ao Gestor do Município de Juripiranga poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

DAMIANA NUNES DE SOUSA
Assinado de forma digital por DAMIANA NUNES DE SOUSA
EIREL1282884950 EIREL28388485000151
00151
03/07/2022 07:29
10:41:36 -03'00'





§ 7º A competência para a aplicação das sanções é atribuída ao Gestor do Município de Jurupiranga-PB.

§ 8º As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

§ 9º Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos;

II - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos casos dos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

§ 3º A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade máxima do CONTRATANTE.

§ 4º A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Eletrônico do CONTRATANTE - Diário Oficial dos Municípios (FAMUP).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA

Integra o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2022, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA.

§ 1º A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Processo Licitatório nº 035/2022, Pregão Eletrônico nº 011/2022, e a regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, CNDT, INSS e FGTS.

§ 2º Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais nos 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONTAGEM DOS PRAZOS

Nos termos do artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/1993, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias

DAMIANA NUNES
DE SOUSA

Assinado de forma digital
por DAMIANA NUNES DE
SOUSA

EIREL:283884850111120309485000151

08/06/2022 07:29:10-43:14

consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na sede do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações do CONTRATANTE à CONTRATADA, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS

Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, o CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TERMO ADITIVO

Qualquer medida que implique alteração de direitos e obrigações aqui pactuados será formalizada por termo aditivo ao contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – TOLERÂNCIAS

Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato é a Comarca da Cidade de Itabaiana, Estado da Paraíba, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Juripiranga-PB, 21/07/2022.



Antonio Maroja Guedes Filho
- Gestor do Município de Juripiranga-PB –
CONTRATANTE

DAMIANA NUNES
DE SOUSA
EIRELI:2838848500
0151

Assinado de forma digital por
DAMIANA NUNES DE SOUSA
EIRELI:28388485000151
Dados: 2022.07.29 10:43:44 -03'00'

MEGA GIL
CNPJ/MF sob o n.º 28.388.485/0001-51
Damiana Nunes De Sousa
CPF/MF sob o n.º 092.588.324-77
FORNECEDOR



Testemunhas:

NOME:	
CPF:	
NOME:	
CPF:	

DAMIANA
NUNES DE
SOUSA
EIRELI:2838848
5000151

Assinado de forma
digital por DAMIANA
NUNES DE SOUSA
EIRELI:283884850001
51
Dados: 2022.07.29
10:44:04 -03'00'